



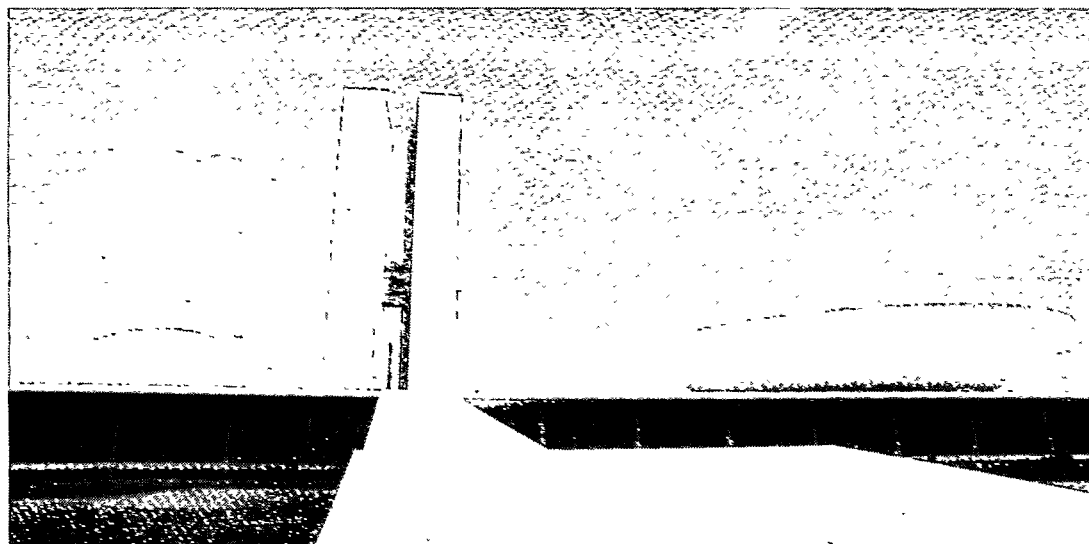
República Federativa do Brasil

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXVIII — Nº 151

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 18 DE NOVEMBRO DE 1983



CONGRESSO NACIONAL

CONGRESSO NACIONAL

RELATÓRIO Nº 16, DE 1983-CN

Da Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir relatório sobre a Mensagem nº 134, de 1983-CN, pela qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado, parcialmente, o Projeto de Lei nº 9, de 1983-CN, que “dispõe sobre a eleição para Prefeito e Vice-Prefeito em Municípios que forem descaracterizados como de interesse da segurança Nacional”.

Relator: Deputado Osvaldo Melo

O Senhor Presidente da República resolveu vetar, parcialmente, o Projeto de Lei nº 9, de 1983-CN, que “dispõe sobre a eleição para Prefeito e Vice-Prefeito em Municípios que forem descaracterizados como de interesse da segurança nacional”, fazendo-o com base nos artigos 59, § 1º, e 81, itens III e IV, da Constituição.

Com a Mensagem nº 396, firmada a 27 de outubro do corrente ano, o Senhor Presidente da República comunicou sua decisão e a submete à deliberação do Congresso.

O projeto sob exame, como se sabe, originou-se da iniciativa do próprio Poder Executivo, que a justificou através das razões expendidas na Mensagem nº 329, de 1º de setembro de 1983. Para o projeto, foi então solicitada a tramitação em sessão conjunta do Congresso Nacional, consoante as regras estabelecidas pelo § 2º do artigo 51 da Constituição.

Prevaleceu, no Congresso, emenda que acrescentou ao art. 5º do projeto original a expressão “nem as disposições do Decreto-lei nº 1.541, de 14 de abril de 1977”, com a qual foram eliminados as sublegendas nas eleições para Prefeito e Vice-Prefeito dos Municípios que forem descaracterizados como de interesse da segurança nacional.

Este acréscimo inovador foi o vetado.

Nas razões do veto, alega o Senhor Presidente da República:

“Incide o veto sobre a expressão “nem as disposições do Decreto-lei nº 1.541, de 14 de abril de 1977”, constante do art. 5º do projeto.

Ao dispor sobre a inaplicabilidade do Decreto-lei nº 1.541, o projeto elimina a possibilidade de utilização da sublegenda nas eleições para Prefeito e Vice-Prefeito dos municípios descaracterizados como de interesse da segurança nacional, adotando, assim, um sistema diverso do que está vigorando para os demais municípios.

Entendo inconveniente e contrária ao interesse público a dualidade de sistema eleitoral para as eleições majoritárias nos municípios do País que o projeto adotaria, se transformado em lei.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 366ª SESSÃO CONJUNTA, EM 17 DE NOVEMBRO DE 1983

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ELQUISSON SOARES — Solicitando urgência na últimação do Projeto de Lei da Câmara nº 2.410/83, que obriga a aplicação do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros, e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários — IOF — no Nordeste. Defesa da anexação da PEC 31/83 à PEC 7/83, por versarem matéria análoga.

DEPUTADO TIDEI DE LIMA — Atentado praticado contra o jornal “O Estado de S. Paulo”.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Considerações sobre declarações do Presidente da FIESP, relativas à economia brasileira

DEPUTADO FRANCISCO DIAS — Comentário sobre entrevista concedida pelo Senhor Presidente da República, em Lagos, Nigéria, na qual se manifesta favorável a eleições diretas para Presidente da República.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei nº 7/83-CN, que aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1984/1986, na parte referente ao

Subanexo Poder Legislativo — Câmara dos Deputados. **Discussão encerrada**, após usarem da palavra os Srs. Sinval Guazzelli e Djalma Besa.

1.3.1 — Questão de ordem

Suscitada pelo Sr. Bocayuva Cunha e acolhida pela Presidência, relativamente à inexistência de “quorum” para o prosseguimento da sessão

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 367ª SESSÃO CONJUNTA, EM 17 DE NOVEMBRO DE 1983

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO RAIMUNDO ASFORA — Considerações sobre as

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 3.000,00
Ano	Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

perspectivas pouco alvissareiras para o País, em decorrência do acordo Brasil-FMI, a ser concluído na data de amanhã.

DEPUTADO DANTE DE OLIVEIRA — Declarações do Sr. Ministro da Fazenda, referente à expectativa de decréscimo da inflação no País, a partir do mês em curso.

DEPUTADO JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS — Debate entre representantes do PMDB e do PDS sobre os problemas brasileiros, promovido ontem pela TV Capital

DEPUTADO MILTON BRANDÃO — Regozijo de S. Ex^a pela eleição do Sr. Moacyr Dalla para a Presidência do Senado

DEPUTADO JORGE CARONE — Homenagem ao ex-Presidente João Goulart. Declaração feita pelo Senhor Presidente da República, na qual se manifesta favorável a eleições diretas para Presidência da República

2.2.2 — Questão de ordem

Levantada pelo Sr. José Mendonça de Moraes e acolhida pela

Presidência, relativamente à inexistência de "quorum" para o prosseguimento da sessão.

2.2.3 — Comunicações da Presidência

— Abertura de prazo para apresentação de requerimento previsto no art. 66 da Constituição, relativamente a partes que menciona do Projeto de Lei nº 8/83-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1984

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 40 minutos, com Ordem do Dia que designa

2.3 — ENCERRAMENTO**3 — ATA DA 368ª SESSÃO CONJUNTA, EM 17 DE NOVEMBRO DE 1983****3.1 — ABERTURA****3.2 — EXPEDIENTE****3.2.1 — Discurso do Expediente**

DEPUTADO DJALMA BESSA — Considerações sobre a apre-

ciação, pelo Congresso Nacional, da proposta orçamentária para 1984

3.2.2 — Requerimento

Nº 27/83-CN, de autoria do Sr. Deputado Elquisson Soares, solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 7 e 31, de 1983, já em tramitação no Congresso Nacional.

3.2.3 — Questão de ordem

Suscitada pelo Sr. José Mendonça de Moraes e acolhida pela Presidência, atinente à inexistência de "quorum" para o prosseguimento da sessão.

3.2.4 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

3.3 — ENCERRAMENTO

Cumpriram-se todas as exigências constitucionais e regimentais

Com o relatório ora exposto, estou persuadido de que os Senhores Congressistas estão habilitados a apreciar o veto parcial ao Projeto de Lei nº 9, de 1983-CN, fazendo-o, como sempre o fazem, sob as melhores inspirações do interesse público.

Este, o meu relatório.

Sala das Comissões, em 16 de novembro, de 1983 — Senador, **José Fragelli**, Presidente — Deputado **Oswaldo Melo**, Relator — Deputado **Armando Pinheiro** — Senador **Passos Pôrto**.

Ata da 366ª Sessão Conjunta, em 17 de novembro de 1983**1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura**

Presidência do Sr. Moacyr Dalla.

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS SENADORES:

Iris Célia — Altevir Leal — Galvão Modesto — Odacir Soares — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Marco Maciel — Cid Sampaio — Guilherme Palmeira — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Derval de Paiva — Gastão Müller — Roberto Campos — Marcelo Miranda — Álvaro Dias — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octavio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS**Acre**

Alécio Dias — PDS, Aluízio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB, Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDS, José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB; Valdo Frota — PDS

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS, Leonidas Rachid — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Assim sendo, não vejo razão para suspender a incidência do Decreto-lei nº 1.541, de 1977, somente para os municípios descaracterizados como de interesse da segurança nacional, visto que essa postura implicaria tratamento diferenciado e injustificável, na medida em que o sistema de sublegendas continuaria a vigorar para as demais comunidades

Estas, as razões de interesse público que me impelem a vetar, parcialmente, o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional."

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curio — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edisson Lobão — PDS; Enoc Vieira — PDS; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS; Pedro Novais — PMDB; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS; Victor Trovão — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Alfredo Marques — PMDB; Antônio Moraes — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Claudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Manoel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Arape — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Sérgio Philomeno — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Octacílio Queiroz — PMDB; Raimundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocência Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Mendonça Bezerra — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Osvaldo Coelho — PDS; Osvaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiúza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José

Thomaz Nonô — PDS; Manoel Afonso — PMDB; Nelson Costa — PDS; Renan Calheiros — PMDB

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; José Carlos Teixeira — PMDB; Jackson Barreto — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelvir Dantas — PDS; Felix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; Franca Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Luiz Baptista — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stéfio Dias — PDS; Theodorico Ferraço — PDS

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Arolde de Oliveira — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PTB; Clemer Ramos — PDT; Darcílio Ayres — PDS; Dasso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Francisó Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Leite — PMDB; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PDS; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PMDB; Marcelo Medeiros — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Gallo — PDS; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Aparecido — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Machado — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Batista —

PMDB; Júnia Marise — PMDB; Leopoldo Bessone — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Mário de Oliveira — PMDB; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nylton Velloso — PDS; Oscar Corrêa — PDS; Osvaldo Murta — PMDB; Ozanan Coelho — PDS; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Romburgo Romano — PMDB; Sérgio Ferrara — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Aírton Sandoval — PMDB; Aírton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Felipe Cheidde — PMDB; Ferreira Martins — PDS; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gasthane Righi — PTB; Gióia Júnior — PDS; Herbert Levy — PDS; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; Ivete Vargas — PTB; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann — PMDB; José Camargo — PDS; José Genoino — PT; Maluly Neto — PDS; Marcelo Gato — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Mendonça Falcão — PTB; Moacir Franco — PTB; Natal Gale — PDS; Nelson do Carmo — PTB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Ruy Côdo — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Sarava — PMDB; Irupuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; Joaquim Roriz — PMDB; Onísio Ludovico — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Levy Dias — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sa-

bóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB; Italo Conti — PDS; José Carlos Martinez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Mattos Leão — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Oscar Alves — PDS; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Bueno — PMDB; Renato Johnson — PDS; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Eptácio Bittencourt — PDS; Evaldo Amaral — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Pedro Colin — PDS; Renato Viana — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zanetti — PMDB; Hugoardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Matheus Schimidt — PDT; Nadyr Rosseti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincaroni — PMDB; Pedro Germano — PDS; Prati de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clark Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — As listas de presença acusam o comparecimento de 44 Srs. Senadores e 464 Srs. Deputados. Havendo número regimental, de-laro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Elquisson Soares.

O SR. ELQUISSON SOARES (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Projeto de Lei nº 2.410/83, de minha autoria, que tramita na Câmara dos Deputados, obriga a aplicação de 30% do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros, e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários — IOF — no Nordeste.

Aproveito a oportunidade desta sessão do Congresso Nacional para solicitar aos Srs. Parlamentares, sobretudo aos do Nordeste, bem assim às Lideranças, o necessário apoio para que este projeto venha a plenário em regime de urgência, uma vez que, aprovado na Câmara dos Deputados, os Srs. Senadores, também motivados pela necessidade de reforçar a região nordestina, certamente darão seu subsídio no sentido de que tramite no Senado Federal também em regime de urgência e ainda neste ano vá à sanção presidencial.

Trata-se de medida concreta de apoio ao Nordeste e, no momento em que as duas Casas que compõem o Congresso Nacional tenham dito que apóiam o Nordeste, não vejo razão para que não haja essa mobilização.

Aproveito a oportunidade para fazer a leitura do projeto, a fim de que todos dele tomem conhecimento:

“Art. 1º Fica o Banco Central do Brasil obrigado a transferir para o Nordeste brasileiro, na área compreendida pelo polígono das secas, isento de quaisquer taxas de juros, um mínimo de trinta por cento (30%) do total arrecadado com o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações relativas a Títulos e Valores Mobiliários — IOF.

Art. 2º A transferência será feita mensalmente para conta especial no Banco do Nordeste do Brasil S/A, que fará a aplicação dos recursos, com exclusividade, em projetos agropecuários e agroindustriais.

Art. 3º Na aplicação dos recursos, o Banco do Nordeste do Brasil S/A, obrigatoriamente, reservará oitenta por cento (80%) do montante para contemplar pequenos e médios produtores, cobrando taxas mínimas de juros, até o limite máximo de 2 000 (dois mil) Maior Valor de Referência — MVR.

Art. 4º O retorno dos recursos transferidos será feito a partir do 21º ano de vigência desta lei, obedecendo-se, para o previsto neste artigo, os valores transferidos ano a ano.

Art. 5º A distribuição dos recursos transferidos entre as Unidades da Federação, que formam o Nordeste brasileiro, obedecerá o critério da proporcionalidade à população da área abarcada, pelo polígono da seca.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de setembro de 1983 — **Elquisson Soares.**”

Sr. Presidente, os recursos federais são distribuídos levando-se em consideração o produto de cada unidade federativa. Em consequência disso, o Nordeste, já empobrecido ao longo dos séculos, não recebe, na verdade, uma injeção de recursos que possibilite seu desenvolvimento, que possibilite sequer acudir às necessidades mais urgentes da sua população. Por esta razão, a previsão que fizemos no projeto foi no sentido de que a distribuição obedecesse ao critério populacional. Por que 30% do montante arrecadado com o IOF? Porque a população nordestina supera os 30% da população nacional e se aproxima dos 40% da população do País. Sua área equivale a um terço do território nacional. Dessa maneira enquanto outras medidas mais abrangentes — por exemplo, uma dotação financeira constitucional como havia até 1967 — não sejam tomados pelo Congresso Nacional, esta seria uma medida concreta — ainda que paliativa, reconheço — uma fonte da receita legal que o Congresso Nacional outorgaria ao Nordeste.

Portanto, reitero a solicitação no sentido de que os Srs. Parlamentares, em primeiro plano, façam com que o projeto seja realmente discutido em regime de urgência na Câmara dos Deputados e, em seguida, possam os Srs. Senadores adotar idêntico procedimento.

Finalizando, Sr. Presidente, estou endereçando à Mesa requerimento em que solicito a anexação do PEC 31/83 ao PEC 7/83, de minha autoria. Ambos tratam da fidelidade partidária, porque ambos cuidam de matéria análoga; assim, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, que subsidia os trabalhos desta Casa peço a V. Ex.ª que proceda à necessária anexação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Tidei de Lima, em virtude de permuta com o Deputado Francisco Amaral.

O SR. TIDEI DE LIMA (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, desta tribuna do Congresso Nacional, eu gostaria de expressar o nosso repúdio, o nosso mais veemente protesto, com referência ao atentado que sofreu esse grande jornal paulista, que não é só patrimônio de São Paulo, mas da imprensa nacional, e quiçá da imprensa internacional. Deixo patente a nossa solidariedade, não apenas à direção, mas também aos funcionários daquele matutino, que, no seu dever sagrado de bem informar a população brasileira, dedica praticamente sua vida a esse intuito.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, manifesto nossa estranheza por certos aspectos desse novo episódio terrorista, que abala a Nação e preocupa todos os setores da vida nacional. Justamente aquele baluarte das denúncias de corrupção no Governo do General Figueiredo, do regime que vige desde 1964, é atacado de forma violenta e selvagem. Ainda mais, Sr. Presidente, quando entre os casos tratados com maior atenção por aquele matutino, e dos quais se ocupa com muito carinho e denodo este Parlamento, entre os quais o escândalo da CAPEMI, que envolve figuras proeminentes da República e parentes de mandatários. Inclusive, pesam suspeitas graves sobre os ombros do filho do General Figueiredo, Presidente da República; pesam suspeitas graves sobre os ombros do irmão do General Newton Cruz, Comandante Militar do Planalto e ex-Chefe do SNI, hoje executor das famigeradas medidas de exceção que vigem na Capital desta República. E justamente quando se comenta, à boca pequena, que, possuidor de dados importantes sobre o envolvimento de figuras “exponenciais” da República, sofre o jornal um atentado. Após esse atentado, são feitos telefonemas anônimos ameaçadores e, logo em seguida, alguns fatos interessantes têm lugar: homens ligados ao SNI dizem que se trataria de um atentado de esquerda, possivelmente de exilados brasileiros que estavam em Cuba. Outro dado importante cabe-me ressaltar: o Delegado da Polícia Federal, Dr. Romeu Tuma, sabedor, de imediato, do acontecimento — porque, na hora do acontecimento, se encontrava S. S.ª ao telefone, falando com um dos repórteres daquele jornal, que então transmitiu a notícia de que havia explodido uma bomba no jornal e de que era uma correria só — demorou cerca de 4 a 5 horas para comparecer ao local.

Alguns fatos, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, dão evidência clara de que não é atentado de esquerda, não é atentado de conotação ideológica, mas, sim, atentado contra a postura moral de um matutino que tem dado cobertura à apuração de fatos de corrupção que envolvem o Governo Federal e todo o regime, que enlameiam esta Nação.

Portanto, Sr. Presidente, é hora de a Nação brasileira, este Parlamento e o próprio Executivo, para preservar o que resta de moral e dignidade que a instituição exige, dar um total apoio não só ao jornal, mas à imprensa de forma geral, na apuração, no desvendamento, destes fatos, sem dúvida alguma lamentáveis atos de corrupção que envolvem todo o País.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, falando em Porto Alegre, o Sr. Luiz Eulálio Bueno Vidigal Filho declarou que, se não houver uma efetiva queda dos índices de inflação até maio, o Governo deverá trocar os Ministros da área econômica, uma vez comprovada sua má gerência da economia brasileira.

Advertiu que, até agora, o Governo alegava não dispor de meios legais para viabilizar o controle da inflação. Mas, obtida a aprovação do Decreto-lei nº 2.065, “estarão montados todos os mecanismos que supostamente

faltavam, e o êxito no controle dos índices inflacionários vai apenas depender de competência gerencial e vontade política”.

Se o Governo providenciar a redução dos gastos com a folha de pagamentos das estatais, sem recorrer à demissão de pessoal, precisará mobilizar toda a sua competência para reduzir o déficit público, pois ele está pressionando o mercado financeiro, elevando as taxas de juros e os índices de inflação.

Nessa ordem de idéias, salientou o Presidente da FIESP.

“Somente com os instrumentos que aí estão, aprovados ou por aprovar, será possível, já no ano que vem, reduzir a inflação a noventa por cento ou pouco mais. Se isto não ocorrer, estará comprovado que o problema não é a falta de instrumentos legais para contê-las, mas incapacidade gerencial, e toda a sociedade brasileira terá o direito de cobrar uma mudança na gerência da política econômica.”

Ou o Governo obtém aquele objetivo de refrear a inflação, ou terá de promover uma reforma ministerial, para que, a partir do próximo ano, o Brasil comece a negociar amplamente sua dívida externa, de governo a governo, remanejando prazos de amortização, e carência.

O Fundo Monetário Internacional — FMI — vai exigir um relatório mensal dos resultados dos reajustes em nossa economia, cobrando efeitos positivos. Somente assim será possível rolar novamente a dívida externa em maio, iniciando-se uma renegociação global.

O Presidente da FIESP também encarou o problema do agravamento da carga tributária sobre Circulação de Mercadorias, que “deverá tornar a situação ainda mais difícil para os empresários”.

Evidentemente, a ganância fiscal influi na elevação dos preços, agrava a inflação e conduz à recessão, gerando mais desemprego. Mas ela se acentua, com os Estados e Municípios imitando a União e ameaçando de morte a “galinha dos ovos de ouro”, ou seja, o nosso atribulado contribuinte.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Dias.

O SR. FRANCISCO DIAS (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, nobre Senador Moacyr Dalla, quero inicialmente cumprimentá-lo e também ao Senador Lomanto Júnior pela recente eleição de V. Ex^{as} para os eminentes cargos de Presidente e Vice-Presidente do Senado da República e, conseqüentemente, do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Obrigado.

O SR. FRANCISCO DIAS — Em segundo lugar, Sr. Presidente, temos aqui em mãos um recorte da *Gazeta Mercantil*, edição de hoje, onde há a transcrição, na íntegra, da entrevista de S. Ex^a, o Presidente da República, na cidade de Lagos, capital da Nigéria. O que há de importante nesta entrevista de S. Ex^a, o Presidente João Baptista Figueiredo, é a forma como ele deixa clara a toda a população brasileira sua posição em relação às eleições diretas à Presidência deste País. Deixa-nos S. Ex^a bem tranquilos, porque sabemos que 99,9% da população brasileira são favoráveis às eleições diretas. Está provado, por antecipação, que o povo brasileiro tem um grande aliado, que é o próprio Presidente da República.

O que não entendemos, pelo menos preliminarmente, é que o partido do Governo não encampe a idéia, o plano e o posicionamento de S. Ex^a, o Presidente da República e, conseqüentemente, Presidente de honra do partido. O óbvio seria que todos os Deputados e Senadores do PDS hoje vestissem a carapuça colocada por S. Ex^a o Presidente da República. Agora não é o Presidente da República que não quer a eleição direta, mas, sim, o PDS. Tal posicionamento precisa ser comunicado à

Nação, que está ansiosa para ouvir do PDS que ele não quer a eleição direta para Presidente da República. Assim, o povo brasileiro saberá quem são aqueles que estão a seu favor e aqueles que estão contra. Hoje, falar-se em eleição direta é exatamente estar ao lado do povo. Toda a Nação clama, todo o povo quer, todos reclamam, a sociedade como um todo está lançada na campanha. Nós, em São Paulo, coordenados pelo nosso companheiro e amigo, Governador Franco Montoro, que já se lançou em campo aberto na grande campanha nacional para as eleições diretas, queremos deixar bem claro nosso posicionamento e a estranheza pelo fato de o PDS não encampar, até aqui, pelo menos, essa vontade nacional. Quero parabenizar, ao mesmo tempo, S. Ex^a, o Presidente da República, pela coragem de dizer isso. S. Ex^a está de parabéns e tem o apoio de, pelo menos, 99,9% da população nacional que quer eleições diretas. O que falta a S. Ex^a, o Sr. Presidente da República, a meu ver, é apenas a disposição, a coragem de mandar a esta Casa um projeto restabelecendo as eleições diretas à Presidência da República. Tenha certeza S. Ex^a de que tal projeto será aprovado neste Congresso, porque há muita gente — senão todos, a grande maioria do próprio partido do Governo — que aqui votará pelas eleições diretas. É só mandar-nos o projeto, e todos votarão favoravelmente, porque estarão cumprindo a vontade popular.

Mas, Sr. Presidente, permita-me concluir, dizendo que li, hoje, também nos jornais, notícia sobre o posicionamento de V. Ex^a, Senador Moacyr Dalla, com relação às eleições diretas. Vejo que V. Ex^a é também a favor. Parabéns. Vamos todos nessa grande campanha e tenhamos a certeza de que, ainda em 1985, haveremos de eleger o Presidente deste País. Pela vontade do povo, pelo seu reclamo, pelo seu choro, pelas lágrimas de um Brasil sofrido por tantos problemas, é necessário haver um homem comandando os destinos deste País com o referendário popular. É necessário que ele tenha autorização do povo para fazer as reformas que este País reclama: a Constituinte que tanto esperamos, e tantas outras que pregamos constantemente.

Dou os meus parabéns a V. Ex^a pela sua posição a favor das eleições diretas, estendendo-os ao Presidente da República pelo mesmo fato, lamentando que o partido de V. Ex^a, o PDS, segundo disse o Sr. Presidente da República, esteja contra a realização das eleições diretas. Que o povo brasileiro saiba disso.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Não há mais oradores inscritos para o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às dezenove horas, neste plenário, com a seguinte Ordem do Dia:

— Votação dos Projeto de Decreto Legislativo nºs 101, 103, 104 e 105, de 1983-CN, referentes, respectivamente, aos Decretos-leis nºs 2.057, 2.059, 2.058 e 2.060, de 1983;

— Discussão das seguintes partes referentes ao Projeto de Lei nº 7, de 1983-CN, que aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio de 1984/1986: Ministérios da Educação e Cultura; do Exército, das Relações Exteriores, da Saúde, do Trabalho e dos Transportes; e

— Discussão dos Projetos de leis nºs 15 e 16, de 1983-CN.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

A presente sessão foi convocada para discussão, em turno único, de partes do Projeto de Lei nº 7, de 1983-CN, que aprova o orçamento plurianual de Investimentos para o triênio 1984/1986.

Não foram apresentadas emendas aos subanexos constantes da pauta da Ordem do Dia de hoje.

Item 1:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Legislativo — Câmara dos Deputados, tendo PARECER FAVORÁVEL, sob nº 128, de 1983-CN, da Comissão Mista.

A matéria constou da pauta da Sessão Conjunta realizada em 7 do corrente, às dezoito horas e trinta minutos, deixando de ser submetida ao Plenário por terem sido constatadas falhas nos avulsos dos pareceres.

Incluída em Ordem do Dia em 11 do corrente, às dezoito horas e trinta minutos, a matéria deixou novamente de ser apreciada por falta de “quorum” para o prosseguimento da sessão.

O Sr. Sinval Guazzelli — Sr. Presidente, V. Ex^a acaba de informar uma falha nos avulsos distribuídos?

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Nos avulsos da sessão anterior.

Em votação a matéria. (Pausa.)

O Sr. Sinval Guazzelli — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra a V. Ex^a para discutir a matéria.

O SR. SINVAL GUZZELLI (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, chega ao Congresso Nacional, incluído em Ordem do Dia para discussão e votação, o Orçamento Plurianual de Investimentos. Nesta oportunidade de encaminhamento de votação, gostaríamos de registrar a situação difícil em que se encontra o Congresso para um exame mais detalhado e uma avaliação mais profunda das diretrizes adotadas pelo Poder Executivo, com vistas a este orçamento de Investimentos. O aqodamento dos prazos, a falta de maiores dados sobre prioridades estabelecidas na proposta deixam, na realidade, o Congresso em posição difícil, como disse antes, para uma avaliação mais profunda. Neste momento, que se diz de reabertura democrática, sem dúvida alguma, o Congresso reclama a devolução das suas prerrogativas, inclusive no campo orçamentário, para que possa realmente cumprir com as suas tarefas e com os seus deveres. Interessante observar os termos do Parecer nº 147, do Subanexo 2.300, do Ministério da Previdência e Assistência Social, do nobre Senador Hélio Gueiros, onde se registra:

“A ampla possibilidade que se outorga ao Poder Executivo de alterar as decisões parlamentares através do anômalo instrumento normativo denominado decreto-lei acaba de tolher toda a eficácia à aprovação congressual.”

Observa ainda o ilustre Senador, Relator da matéria,

“que se evidencia no campo econômico e na área financeira a indisfarçável ingerência dos credores externos na formulação da política de inversão de capital”

Por tudo isso, Sr. Presidente, é difícil, tanto para os Srs. Senadores quanto para os Srs. Deputados, procederem a uma avaliação correta dos números fixados e das prioridades propostas neste Orçamento pelo Poder Executivo. De qualquer forma, rejeitar-se aqui essa iniciativa seria desaconselhável, porquanto a consequência seria a impossibilidade da realização de qualquer investimento, excedente do prazo de um ano, como se estabelece em lei.

Daí por que, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, embora todas as nossas preocupações, que registramos nesta hora, embora todas as dificuldades do Congresso para uma avaliação correta desta matéria, embora a falta de dados mais profundos sobre prioridades fixadas, embora tudo isso, mesmo assim, não nos sentimos à vontade para rejeitá-lo, porquanto isso haveria de criar dificulda-

des e óbices intransponíveis, diante do que dispõe a lei em matéria de prazo. Com essas observações e restrições, a bancada do PMDB na Câmara dos Deputados não oporá dificuldades para a aprovação da matéria constante da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Continua em discussão a matéria. (Pausa) Não havendo oradores, declaro-a encerrada.

O Sr. Djalma Bessa — Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Tem V. Exª a palavra para encaminhar a votação.

O SR. DJALMA BESSA (PDS — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Congresso Nacional — vale dizer, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal — examina, neste instante, uma das proposições do maior interesse para o País. É uma atribuição de real importância para o Congresso Nacional examinar o Orçamento, ou seja, autorizar ao Poder Executivo a realizar despesas. Portanto, esse projeto de lei, que nos permite apreciar o Orçamento Plurianual de Investimentos, é dos mais importantes. É sabido que o Poder Legislativo nasceu justamente de uma reação ao poder do Governo de tributar. E essa reação fez com que as classes que estavam reagindo indicassem os seus representantes para estabelecer as normas tributárias. Foi, portanto, o primeiro passo, que veio acompanhado não só de autorização de receita, mas também da despesa. É certo que o Orçamento Plurianual de Investimentos, como o próprio nome indica, é uma lei diretiva porque orçar não quer dizer-haja um cálculo, seja matemático, mas uma previsão, tanto quanto possível, aproximada. Na elaboração deste projeto de lei, o Poder Executivo houve por bem conter ao máximo os gastos públicos, maximizando o possível a aplicação da receita. Tudo envolve recursos da ordem de 14 trilhões de cruzeiros nos três anos — 1984, 1985 e 1986. Conforta-nos examinar os pareceres e verificar que foram todos aprovados e favoráveis à proposição; e, inclusive, sublinhe-se, por ilustres membros da douta Oposição nesta Casa. Há de se convir, portanto, em que constitui prestígio para o Congresso Nacional o exame de projeto de lei desta relevância; só nos engrandece o nosso trabalho de examinar, apreciar, julgar matéria que consulta bem de perto o interesse de todo o povo, porque, na elaboração deste Orçamento, vamos ter uma ação governamental voltada para a realização de obras públicas do maior interesse, destinadas ao bem-estar da gente brasileira.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Bocayuva Cunha.

O SR. BOCAYUVA CUNHA (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, desde que foram decretadas essas injustas, inócuas e desnecessárias medidas de emergência, o PDT vem obstruindo os trabalhos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Meu objetivo nesta tribuna é pedir a V. Exª invocando o Regimento Comum, sendo evidente a falta de **quorum**, que suspenda a sessão. Gostaria de dizer que considero uma lástima que matéria tão importante para a Nação brasileira, como é o Orçamento Plurianual de Investimento, seja discutida e votada numa sessão que não tenha 30 Parlamentares presentes. Não creio que isso seja culpa dos nobres colegas, mas da iniquidade da situação atual, porque o Parlamentar não pode fazer nada.

Estávamos aqui passando os olhos ligeiramente neste projeto, e vimos o seguinte: PRODASEN — Serviço de Processamento de Dados do Senado — a Casa que V. Exª preside — em 1984, 1985 e 1986 a verba é exatamente a mesma em cruzeiros.

Ora, Sr. Presidente, numa inflação de 200% ao ano, isso é uma coisa extremamente ridícula. Então, este

Orçamento, rigorosamente, não vale nada. No entanto, não será por esse motivo que solicitarei suspensão da sessão. Peço a V. Exª que suspenda a sessão invocando o artigo respectivo do Regimento Comum, porque o PDT está obstruindo os trabalhos do Congresso até que as medidas de emergência sejam suspensas.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — É regimental o requerimento de V. Exª, que, com base no art. 29, § 2º do Regimento Comum, requer verificação de **quorum**. Sendo evidente a inexistência em plenário de um sexto dos Srs. Senadores e um sexto dos Srs. Deputados, vou suspender a sessão.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 35 minutos)

Ata da 367ª Sessão Conjunta, Em 17 de novembro de 1983

1ª Sessão Legislativa Ordinária, Da 47ª Legislatura

— Presidência do Sr. Moacyr Dalla

ÀS 19 HORAS E 15 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Iris Célia — Altevir leal — Galvão Modesto — Odacir Soares — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Marco Maciel — Cid Sampaio — Guilherme Palmeira — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Dêrval de Paiva — Gastão Müller — Roberto Campos — Marcelo Miranda — Álvaro Dias — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octavio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS

Acre

Alécio Dias — PDS; Aluízio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDS; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB; Valdo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS;

Oswaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PDS; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS; Nagib Heickel — PDS; Pedro Novais — PMDB; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS; Victor Trovão — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Alfredo Marques — PMDB; Antônio Moraes — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Claudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Manoel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araújo — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Sérgio Philomeno — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Álvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Octacílio Queiroz — PMDB; Raimundo Asfóra — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Mendonça Bezerra — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Coelho — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiuza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Afonso — PMDB; Nelson Costa — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS;

Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelvir Dantas — PDS; Felix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Luiz Baptista — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferraço — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Arolde de Oliveira — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PTB; Clemer Ramos — PDT; Darcílio Ayres — PDS; Dasso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Leite — PMDB; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PDS; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PMDB; Marcelo Medeiros — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Gallo — PDS; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Aparecido — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Machado — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Leopoldo Bessone — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Mário de Oliveira — PMDB; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nylton Velloso — PDS; Oscar Corrêa — PDS; Os-

valdo Murta — PMDB; Ozanan Coelho — PDS; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Rosemburgo Romano — PMDB; Sérgio Ferrara — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Aírton Sandoval — PMDB; Aírton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peões — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Doretto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Felipe Cheidde — PMDB; Ferreira Martins — PDS; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Gióia Júnior — PDS; Herberly Levy — PDS; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novae — PMDB; Ivete Vargas — PTB; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann — PMDB; José Camargo — PDS; José Genoino — PT; Maluly Neto — PDS; Marcelo Gato — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Mendonça Falcão — PTB; Moacir Franco — PTB; Natal Gale — PDS; Nelson do Carmo — PTB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Ruy Códó — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goias

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; Joaquim Roriz — PMDB; Onísio Ludovico — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Levy Dias — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB; Ítalo Conti — PDS; José Carlos Martinez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Matto Leão — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Oscar Alves — PDS; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Bueno — PMDB;

Renato Johnsson — PDS; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Evaldo Amaral — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Pedro Colin — PDS; Renato Viana — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zanetti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélcio Souza — PMDB; Mathaus Schimidt — PDT; Nadyr Rosseti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Facchin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratin de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — As listas de presença acusam o comparecimento de 44 Srs. Senadores e 464 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Pasando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Raimundo Asfora.

O SR. RAIMUNDO ASFORA (PMDB — PB. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, "com o esperado fechamento, no próximo dia 18, das negociações entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional — FMI, poderão ser liberados, no máximo até o final do ano, cerca de US\$ 2,9 bilhões, correspondentes a duas parcelas, em atraso, do empréstimo-jumbo, e mais US\$ 1,7 bilhão de duas tranches, também atrasadas, dos recursos do Fundo. Contudo, esses recursos nem sequer ingressarão no Brasil: serão transferidos para o saldo dos empréstimos-ponte — cerca de US\$ 1,4 bilhão — e os débitos em atraso com o Banco para Compensações Internacionais".

Essa informação-análise é do jornalista Milano Lopes, Editor Econômico do **Correio Braziliense** (edição de 13-11-83).

Em síntese: o Brasil está recebendo empréstimos para pagar juros de empréstimos em atraso, preservando-se ao máximo os interesses dos credores estrangeiros.

É o famoso "serviço da dívida" externa, que deixa o povo brasileiro sem serviço interno, pelo acelerado processo de recessão da economia nacional.

Enquanto isso, o sistema tecnocrata-militar, com uma competência inextinguível, põe o General João Figueiredo a deitar falações sobre temas políticos, desviando a consciência da sociedade do verdadeiro caos em que se afundam quase todas as classes deste País.

Agora mesmo a Nação está entretida com o contraditório espetáculo do Presidente de Honra do PDS acusando o seu partido de não permitir as eleições diretas para Presidente da República. E ele, Presidente da República, as quer, como um coroamento de sua missão de reabertura democrática, enquanto que as bancadas governistas neste Congresso amargam perante a opinião pública o hilariante vexame de passarem por bode expiatório de um impasse institucional.

Ninguém se iluda, o sistema manobra com lucidez terrível e manipula a opinião pública do País, não deixando, um só instante, que ela se debruce sobre a terrível, a quase trágica realidade nacional em que todos nos debatem.

Basta o Sr. Presidente da República acenar com a contradição do seu partido, cujo programa soleniza as eleições diretas para Presidente da República, acusar o seu partido de não querer essa conquista democrática, e políticos, jornalistas, estudantes e operários se dão conta disso que o Sr. Presidente da República coloca, não por ele, mas por inteligência do Sistema a que serve como verdadeiro pasto de manobra para levar este País a adquirir a indizível, a negável tragicidade dos nossos dias.

Já não se fala mais nos escândalos que no começo do ano rolaram como verdadeira enxurrada sobre a honra desta Nação. Já não se cuida desses empréstimos que vão apenas desservir à vida econômica brasileira, estancada, paralisada, recessivamente morta, conquanto todos os indicadores de produção sirvam para os Ministros da área econômica aferirem se vão ou não honrar o compromisso da dívida externa.

Chamo a atenção deste egrégio Parlamento. Ainda creio na acústica deste Congresso. Precisamos de um pacto social acima dos partidos, que haja mais entendimento entre a Oposição e este Governo. Precisamos organizar o povo brasileiro e levá-lo, por uma grande pressão moral, a exigir a imediata, a urgente eleição direta, para que este País tenha um Presidente da República. Precisamos de um gesto largo que afugente e estanque essas densas sombras que há quase vinte anos obscurecem a vida dos brasileiros, como uma longa noite de agonia. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dante de Oliveira.

O SR. DANTE DE OLIVEIRA (PMDB — MT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, já é hora de as autoridades da área econômica terem um pouco mais de responsabilidade e de respeito para com a sociedade brasileira. No ano que ora está a se encerrar ouvimos e lemos declarações e mais declarações dos Ministros do General Figueiredo, a cada mês, no sentido de que a inflação do mês seguinte seria menor. Assistimos às suas previsões irem todas por água abaixo, e não em diferença de poucos percentuais, mas atingindo quase duas vezes e meia a inflação inicialmente prevista, pelo Ministro Delfim Netto e por toda a área econômica, para este ano.

Agora vem o sinistro Ministro Galvêas, de forma cínica e irresponsável, dizer no "Bom Dia, Brasil" que a inflação para o ano que vem deverá ficar entre 55 e 60%. Ora, Sr. Presidente, não há ninguém, em sã consciência, que possa levar a sério previsão para a inflação do ano que vem. O Ministro Galvêas pretende, de forma clara, mentir à Nação brasileira. É inacreditável, é inaceitável. Todos sabemos que a inflação deverá ser mantida no mesmo patamar, se não for superior, porque esses decretos, esses remendos da crise econômica nada vão resolver. Isto todo o povo brasileiro sabe. Mas o que chama a atenção — e o que queremos é repudiar — é a continuidade das declarações dos Ministros da área econômica, mentindo, enganando diariamente o povo brasileiro. É preciso que o General Figueiredo tome uma providência, trocando todos os Ministros da área econômica e levando a sério e dando consequência até mesmo à sua falação

de ontem. É preciso não só mudança na área econômica, mas um grande esforço nacional, através do voto popular, para mudar o Presidente da República e todo esse Ministério que aí está, podre e carcomido pela corrupção, pelo arbítrio, pela mentira oficializada.

Repudiamos veementemente mais estas palavras do Ministro Galvêas. Este mesmo Ministro, no dia 8 de julho, informava que a inflação, este ano, ia ser de 130%, e no dia 25 de julho já estava dizendo que a inflação ia ser de 160 a 170%.

Enfim, é preciso um mínimo de seriedade, é preciso de um mínimo de dignidade, um mínimo de altivez, para representar o País no trato das medidas econômicas.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Mendonça de Moraes.

O SR. JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS (PMDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ontem à noite, na TV Capital, houve uma reunião de debates entre Deputados representantes do PMDB e do PDS e o jornalista. Houve ainda liberdade de debate com os telespectadores, colocando-se um telefone à disposição de quantos desejassem formular perguntas a cada um dos debatedores.

Formulei ao Deputado Edison Lobão, Vice-Líder do Governo, representante do PDS naquele debate, três perguntas, que, para constar dos Anais, repito aqui, agora, comentando suas respostas. Perguntava eu: Por que existem tantas concordatas e falências de empresas pequenas, médias e grandes, no setor privado, enquanto nenhum banco apresentava pedidos semelhantes?

Por que somente havia interferência do Governo naquelas distribuidoras beneficiadas por fraudes emanadas do próprio Banco Central, direta ou indiretamente, por sua ação ou por sua omissão?

Por que o PDS não atacava as causas da crise econômica, enquanto procurava remédios paliativos?

Perguntei ainda se havia algum caso de punição dos responsáveis por crimes contra a economia nacional do qual pudesse dar testemunho à Nação.

A resposta de S. Ex^a, o Deputado Edison Lobão, foi remeter-me a conversar com o banqueiro Olavo Setúbal. Não respondeu pergunta alguma, dizendo que a Oposição só sabia acusar; que acusava, inclusive, o Governo de proteger as empresas e, no entanto, eram as concordatas e falências a demonstração de que o Governo não as protegia.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não há compromisso com a verdade, não há compromisso com a moral pública, e muitas vezes os sofismas substituem a lógica na hora das respostas a perguntas que incomodam e que buscam a verdade.

Entendo que existem concordatas e falências de empresas porque elas são punidas com juros altos, com uma inflação organizada e programada, com uma superproteção a bancos, emprestadores a empresas incapazes de atender ao custo financeiro de seus empréstimos.

Gostaria de registrar minha repugnância, minha rejeição à maneira pela qual S. Ex^a, o Deputado Edison Lobão, lamentavelmente ausente deste plenário, respondeu a um questionamento sério, de pessoa comprometida com a solução dos problemas deste País, já que não sou comprometido com a condução deste País ao caos em que se encontra.

Gostaria que S. Ex^a, o Deputado Edison Lobão, do plenário da Câmara dos Deputados, respondesse dignamente às perguntas que ontem, num debate franco, levei a S. Ex^a e para as quais não obtive resposta até agora.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Milton Brandão.

O SR. MÍLTON BRANDÃO (PDS — PI. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, estava eu percorrendo Municípios do meu Estado, na fronteira com o Ceará, vendo aquela terra calcinada, aquela terra crestada, onde a poeira se levanta compromete tudo quanto de bom

possui a terra. Nos campos, as pastagens desapareceram. Tudo está cinzento. Nas frentes de serviços, pudemos constatar a presença do nosso operário com a fisionomia esquelética, dando uma demonstração da fome que vem passando. Com muitos deles conversamos e ouvimos a declaração de que o que eles recebem mensalmente não permite sequer saldar os compromissos que assumem durante os 30 dias de trabalho.

Mas, Sr. Presidente, naquela longínqua região do nosso País, tivemos a satisfação de ouvir a notícia da escolha de V. Ex^a para Presidente do Senado Federal, para Presidente do Congresso Nacional. Foi motivo de satisfação. Nós, que estamos quase todos os dias vendo V. Ex^a presidir as sessões do Congresso; nós, que privamos com V. Ex^a e reconhecemos sempre seu espírito público, sua coragem moral, sua coragem cívica, só podíamos ficar possuídos de grande satisfação.

Receba V. Ex^a, pela merecida escolha, as melhores congratulações e os melhores votos de sucesso na Presidência do Parlamento Brasileiro. V. Ex^a, que já demonstrou, nas suas manifestações, a segurança do seu tirocínio político, da sua imparcialidade na direção dos trabalhos desta Casa do Congresso Nacional, V. Ex^a, por certo, com seus princípios, com sua vocação democrática, encontrará, por parte dos seus liderados, dos parlamentares do Congresso, de todas as correntes políticas, o apoio e os aplausos para um bom desempenho de sua missão. (Muito bem. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Agradeço ao nobre Deputado Milton Brandão. Muito obrigado. Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Carone.

O SR. JORGE CARONE (PMDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srs. Deputados. O Brasil presta homenagem a vários Ex-Presidentes da República — tendo-os visto ser homenageados pelo Governo da Revolução e verei após o seu fim, uma vez que realmente deve estar nos seus últimos estertores — mas o fato é que dificilmente se ouve falar no Presidente João Goulart, que foi um homem bom, um homem sério, um homem que teve a coragem de tomar determinadas atitudes contra as multinacionais, um homem que teve coragem de acionar o Governo contra a exploração da indústria farmacêutica, um homem que teve coragem de tabelar gêneros de primeira necessidade, não esse tabelamento hoje feito, por trinta dias, de 8 a 10 produtos, deixando 200 ou 300 que podem ser aumentados à vontade.

Realmente o que está faltando neste País é autoridade. Criticavam Jango Goulart, mas Jango, pelo menos, foi eleito pelo povo, teve uma grande maioria e venceu as eleições praticamente no País inteiro, inclusive na Minas Gerais do grande e imortal Milton Campos.

Que aconteceu com o Presidente João Goulart? Os grupos internacionais que vieram para aqui tudo fizeram para acabar com a legislação social de Getúlio Vargas, a fim de poderem implantar neste País as indústrias, acabando com a indenização proporcional por tempo de serviço, o salário mínimo, a estabilidade, melhor remuneração do serviço noturno, o direito às férias. Sr. Presidente, realmente, se tive 5 minutos para homenagear a memória de João Goulart, um dos Presidentes que mais ajudaram a Capital de Minas Gerais, quando era eu Prefeito, se eu estou falando é porque é preciso fazer justiça.

Com relação ao Presidente Figueiredo, noto hoje que muitos dos seus correligionários o criticam, mas a realidade é a seguinte: são dezoito ou vinte anos, e o Presidente Figueiredo é responsável somente por quatro; no entanto, todas as pedradas, são jogadas contra ele e todas as acusações lhe são feitas, mas não os governos que o antecederam, responsáveis também por essa dívida imensa que aí está.

Eu, que gosto de fazer justiça, quero prestar hoje minha homenagem ao Presidente Figueiredo, quando ele fala em eleições diretas para a Presidência da República, para restabelecer o roubo que fizeram do mandato popu-

lar, concedido a João Goulart, numa madrugada em 1964. (Muito bem! Palmas.)

O Sr. José Mendonça de Moraes — Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra a V. Exª para uma questão de ordem.

O SR. JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS (PMDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, sendo evidente a falta de **quorum**, pois somos apenas sete Deputados e, com V. Exª, dois Senadores, requeiro, de conformidade com o Regimento Comum, seja suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — É regimental o requerimento de V. Exª e encontra agasalho no art. 20, § 2º, do Regimento Comum.

Antes de decretar o encerramento dos trabalhos, nos termos do Art. 97., **caput**, do Regimento Comum, e uma vez que já foram distribuídos os avulsos dos respectivos pareceres e emendas, esta Presidência abre o prazo de 5 dias, a partir de amanhã, 18 de novembro, para apresentação do requerimento previsto no art. 66 da Constituição, no que diz respeito às seguintes partes do Projeto de Lei Nº 8, de 1983-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1984.

Ministério da Agricultura — Ministério da Educação e Cultura — Ministério do Exército — Ministério do Interior — DNOS — Ministério da Saúde — Ministério dos Transportes — PORTOBRÁS — DNER — RFF — Encargos Gerais da União.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Nos termos do art. 55, § 1º, "in fine", e 51, § 3º, da Constituição, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 40 minutos, com a seguinte Ordem do Dia:

Votação dos Projetos de Lei nºs 11 e 12 de 1983-CN (6ª sessão), e 14, de 1983-CN (2ª sessão);

Discussão do Projeto de Decreto Legislativo nº 99, de 1983-CN, referente ao Decreto-lei nº 2.055, de 1983 (7ª sessão); e

Apreciação das Mensagens nºs 108 e 110, de 1983-CN, referentes, respectivamente, aos Decretos-leis nºs 2.054 e 2.056, de 1983 (7ª sessão).

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 35 minutos.)

Ata da 368ª Sessão, em 17 de novembro de 1983

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Moacyr Dalla

ÀS 19 HORAS E 40 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Iris Célia — Altevair Leal — Galvão Modesto — Odaírcio Soares — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Marco Maciel — Cid Sampaio — Guilherme Palmeira — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Bene-

dito Ferreira — Henrique Santillo — Derval de Paiva — Gastão Müller — Roberto Campos — Marcelo Miranda — Álvaro Dias — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octavio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS

Acre

Alécio Dias — PDS; Aluízio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDS; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB; Valdo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edson Lobão — PDS; Enoc Vieira — PDS; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS; Pedro Novais — PMDB; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS; Victor Trovão — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathan Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Alfredo Marques — PMDB; Antônio Moraes — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Claudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Manoel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Ara-ripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Sérgio Philomeno — PDS.

Rio Grande do Norte

Ageñor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raimundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Mendonça Bezerra — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Osvaldo Coelho — PDS; Osvaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiuza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Afonso — PMDB; Nelson Costa — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelvir Dantas — PDS; Felix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; Franca Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Luiz Baptista — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferraço — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Arolde de Oliveira — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Darcílio Ayres — PDS; Dado Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil

— PDS, Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Franciso Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Leite — PMDB; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PDS; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PMDB; Marcelo Medeiros — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS, Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT, Simão Sessim — PDS, Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Gallo — PDS; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Carone — PMDB, Jorge Vargas — PMDB; José Aparecido — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Machado — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Leopoldo Bessone — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Baccarini — PMDB, Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Magalhães Pinto — PDS, Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Mário de Oliveira — PMDB; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nylton Velloso — PDS; Oscar Corrêa — PDS; Osvaldo Murta — PMDB; Ozanan Coelho — PDS; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS, Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Rosemburgo Romano — PMDB, Sérgio Ferrara — PMDB, Vicente Guabiroba — PDS, Wilson Vaz — PMDB

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Ailton Sandoval — PMDB; Ailton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB, Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Felipe Cheidde — PMDB; Ferreira Martins — PDS; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Gióia Júnior — PDS; Herbert Levy — PDS; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; Ivete Vargas — PTB; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB, João Herrmann — PMDB; José Camargo — PDS; José Genoino — PT, Maluly Neto — PDS; Marcelo Gato — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB, Mário Hato — PMDB, Mendes Botelho — PTB; Mendonça Falcão — PTB; Moacir Franco — PTB; Natal Gale — PDS; Nelson do Carmo — PTB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS, Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Ruy Codo — PMDB, Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulisses Guimarães — PMDB

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; Joaquim Roriz — PMDB; Onísio Ludovico — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Levy Dias — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB, Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB; Ítalo Conti — PDS; José Carlos Martínez — PDS; José Tavares — PMDB; Lúiz Antônio Fayet — PDS, Mattos Leão — PMDB; Norton Macedo — PDS, Olivir Gabardo — PMDB; Oscar Alves — PDS; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Bueno — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB, Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Evaldo Amaral — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Pedro Colin — PDS; Renato Viana — PMDB, Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélis Souza — PMDB; Matheus Schimidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Faccin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratini de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinalv Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS, Moacir Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — As listas de presença acusam o comparecimento de 44 Srs. Senadores e 464 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Djalma Bessa.

O SR. DJALMA BESSA (PDS — BA. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Congressistas, estava para ser votada a proposta orçamentária, e a sessão foi suspensa. Ocorre que a Constituição é clara. Que pode acontecer se o Congresso Nacional não votar a proposta orçamentária? O Presidente da República, decorrido o prazo constitucional, promulga, como é da lei, a proposta. E que vai ocorrer? Os Congressistas simplesmente não terão a mínima participação na proposta orçamentária. Inclusive as subvenções a que têm direito, discriminando a dotação total de subvenções sociais, caem.

Eu me permito ponderar aos nobres colegas que atendem para esta circunstância. E não nos acusem, depois, de fazer jogo escuro. Nosso jogo é claro. A ninguém é dado desconhecer a lei. Mas, a persistir esse estado de coisas, o Governo não tem nada a perder, só tem a ganhar. E quem perde? Perde, inicialmente, a Oposição e perdem os Srs. Congressistas. Não se trata de jogo, mas de uma evidência. A Oposição está contribuindo para que passe a vigor a proposta orçamentária sem as alterações que os Congressistas fazem e que são de praxe. É evidente que a atuação do Congressista é limitada, mas inteiramente válida, porque nos permite subvencionar entidades assistenciais, pequenas e modestas associações do interior, sendo os recursos poucos. Mas, como a comunidade é pobre, esses pequenos recursos significam muito. São milhares de entidades educacionais, milhares de escolas, milhares de ginásios que vão ficar sem essa subvenção, não por culpa da bancada do PDS, mas da douda Oposição.

Dir-se-á que se está agindo assim com relação a todas as matérias. Mas essa indiscriminação é altamente perigosa e vai trazer prejuízos irreparáveis aos Srs. Congressistas e a essas dezenas de milhares de instituições.

Eis por que, Sr. Presidente, eu me permito, tomar a liberdade de levar esta reflexão aos ilustres e nobres colegas da douda Oposição.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 27, DE 1983 — CN

Exmº Sr. Presidente do Congresso Nacional

Nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum, requeiro a anexação da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 1983, de autoria do Sr. Deputado Heráclito Fortes, à proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 1983, de minha autoria, ambas em tramitação nesta Casa, porque tratam de matéria semelhante.

P. Deferimento

Deputado Elquisson Soares.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O requerimento lido será oportunamente incluído em Ordem do Dia.

O Sr. José Mendonça de Moraes — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Mendonça de Moraes, para uma questão de ordem.

O SR. JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS (PMDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, lamento confirmar a evidência. Estou aqui para discutir e votar o Orçamento, apesar de não poder emendá-lo. No entanto, se o Governo tivesse, através do seu Partido, interesse em apreciar a matéria, colocaria em plenário pelo menos 10% dos seus Deputados. No momento, temos aqui dois Deputados e dois Senadores do PDS.

Requeiro a V. Exª, embora lamentando, que a sessão seja encerrada, com fundamento no Regimento, porque nos provoca os brios de Parlamentares responsáveis o fato de estarmos, sozinhos, querendo apreciar matéria

que requereria a presença de toda a Casa para discutir seu mérito e a destinação das verbas orçamentárias.

Discordo do Deputado Djalma Bessa e protesto contra a ausência de quantos, não se encontrando em Brasília, estão recebendo *jetons* e vencimentos saídos do bolso do povo, que paga impostos. É esta a questão de ordem que levanto, indagando ainda de V. Exª de quantas sessões mais dispomos para votar o Orçamento e requeirando, dada a evidência de falta de **quorum**, que seja encerra a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Presidência acolhe a questão de ordem, reconhecendo a evidente falta de “quorum” em plenário. Quanto à indagação feita pelo nobre Deputado José Mendonça de Moraes, a Mesa, oportunamente, informará a S. Exª de quantas

sessões ainda dispõe o Congresso Nacional para apreciar a proposta orçamentária.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos, neste plenário, destinada à leitura da Mensagem nº 136, de 1983 — CN, referente ao veto oposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1982 (nº 3.225/80, na Casa de origem), que dispõe sobre a jornada de trabalho nos serviços de enfermagem e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 46 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1 203 — Brasília — DF
CEP 70 160

O PODER LEGISLATIVO E A CRIAÇÃO DOS CURSOS JURÍDICOS

Obra comemorativa do Sesquicentenário da Lei de 11 de agosto de 1827, que criou os Cursos Jurídicos de São Paulo e Olinda.

Precedentes históricos, debates da Assembléia Constituinte de 1823, Decreto de 1825 com os Estatutos do Visconde da Cachoeira, completa tramitação legislativa da Lei de 11-8-1827, com a íntegra dos debates da Assembléia Geral Legislativa (1826-1827), sanção imperial e inauguração dos Cursos de São Paulo e Olinda.

Índices onomástico e temático

410 páginas

PREÇO: Cr\$ 500,00

Pedidos pelo reembolso postal à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL
(Anexo I) — Brasília — DF — 70160

CÓDIGO DE MENORES

(edição: 1982)

- Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979, que "Institui o Código de Menores"
- Índice temático
- Comparação com a legislação anterior (Decreto nº 17.943-A/27 e Leis nºs 4.655/65 e 5.258/67, alterada pela Lei nº 5.439/68)
- Anotações (textos legais; pareceres; comentários; depoimento na CPI do Menor)
- Histórico da Lei nº 6.697/79 (tramitação legislativa)

512 Páginas

Preço: Cr\$ 1.000,00

*À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal –
Anexo I – 22º andar – Brasília, DF (CEP: 70160) ou pelo REEMBOLSO POS-
TAL*

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 76

Está circulando o nº 76 da "Revista de Informação Legislativa", periódico trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa, publicado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 380 páginas, contém as seguintes matérias:

COLABORAÇÃO

- A imunidade jurisdicional dos Estados — *Jacob Dolinger*
- Alguns aspectos das limitações ao direito de extraditar — *Luiz Alberto Araújo e Luiz Regis Prado*
- O direito penal internacional e a extradição na sistemática jurídica — *Therezinha Lúcia Ferreira Cunha*
- Aspectos da teoria geral do processo constitucional: teoria da separação de poderes e funções do Estado — *José Alfredo de Oliveira Baracho*
- O controle de constitucionalidade de leis municipais — *Fernanda Dias Menezes de Almeida*
- Perda de mandato por infidelidade partidária? — *Nelson de Sousa Sampaio*
- O Tribunal de Contas e o aperfeiçoamento do Estado de Direito — *A. B. Cotrim Neto*
- O Estado e suas empresas — *Hely Lopes Mello*
- Legislação tributária: fontes e conceito — *Carlos Valder do Nascimento*
- Usucapião de bens imóveis e jurisprudência do STF — *Fábio Maria de Mattia*
- O sistema de patentes: um instrumento para o progresso dos países em vias de desenvolvimento — *Nuno Tomaz Pires de Carvalho*
- A concorrência desleal e a confusão entre produtos — *Carlos Alberto Bittar*
- Direito de arena — *Antônio Chaves*
- Considerações a propósito das tentativas de elaboração de um Código de Execuções Penais — *Licínio Barbosa*
- Substituição processual — processo do trabalho — *Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena*
- Iniciação ao estudo do precatório — *Vladimir Souza Carvalho*
- Deficientes: sua tutela jurídica — *Moacyr de Oliveira*

Preço do exemplar: Cr\$ 700,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal (22º andar do Anexo I) — Brasília, DF — CEP 70160, ou mediante vale postal ou cheque visado pagável em Brasília (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal). Atende-se, também, pelo reembolso postal.

Faça já a sua assinatura para 1983
(nºs 77 a 80) por Cr\$ 4.000,00

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00